



Departamento Nacional de Produção Mineral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

Setor de Autarquia Norte - SAUN Quadra 01 Bloco B Sala 3T, Edifício DNPM SEDE - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70041-903

Telefone: (61) 3312-6862/(61) 3312-6828 e Fax: (61) 3312-6828 - <http://www.dnpm.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO Nº 5/2016

PROCESSO Nº 48400.700218/2016-57

CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA FACHADA DO EDIFÍCIO SEDE DO DNPM, EM BRASÍLIA/DF, QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL E A [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA].

A **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.381.056/0001-33, com sede no na cidade de Brasília - Distrito Federal, sito a SAN quadra 01 bloco"B", Asa Norte - Brasília/DF - **CEP nº. 70.040-903**, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu Diretor Geral, Senhor(a) VICTOR HUGO FRONER BICCA, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx-sigla/uf e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, e de outro lado a Empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida à [endereço completo da empresa], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) XXXXXXXX, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx-sigla/uf e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pela legislação correlata e pelo Edital e anexos da Tomada de Preços nº ____/____ (Processo nº 48400.700218/2016-57).

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO SERVIÇO DE LIMPEZA E TRATAMENTO DO CONCRETO DAS FACHADAS NO DNPM SEDE**.

1.2. **Subcláusula Única.** - O serviço ora contratado, que será realizado por execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, foi objeto de licitação, sob a modalidade Tomada de Preço, do tipo menor preço, constante do Processo SEI n.º **48400.700.128/2016-57**.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preço nº XX/2016, proposta apresentada, despacho de homologação e demais documentos pertinentes constante dos autos do Processo SEI nº

48400.700.128/2016-57.

2.2. **Subcláusula Primeira** - São considerados como documentos integrantes deste Contrato:

2.2.1. Edital de Tomada de Preço nº XX/2016-DNPM e seus anexos;

2.2.2. Documentos que compõem a Proposta e o Cronograma Físico-Financeiro, apresentados pela Contratada em -----/-----/-----;

2.2.3. Documentos de Habilitação apresentados à Contratante na Tomada de Preço nº XX/2016 - DNPM. demais documentos dos autos do Processo SEI nº **48400.700.128/2016-57**.

2.3. **Subcláusula Segunda. A legislação aplicável:**

2.3.1. Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

2.3.2. Lei Complementar nº 123/06

2.3.3. Código Civil;

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O regime adotado será o de Empreitada por Preço Global.

3.2. **Subcláusula Primeira.** Concluída a obra, esta será recebida de acordo com o regime adotado e o aceite provisório será emitido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até **14 (quatorze) dias** da comunicação escrita do CONTRATADO.

3.3. **Subcláusula Primeira.** A FISCALIZAÇÃO poderá recusar o recebimento provisório da obra, caso haja inconformidades significativas quanto às especificações. No caso de inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

3.4. **Subcláusula Segunda.** O recebimento definitivo da obra será efetuado por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria, que será de até 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

4.1. O objeto deste contrato será executado no Edifício Sede do DNPM, localizado no SAN quadra 1, bloco "B", Asa Norte, em Brasília/DF - CEP nº. 70.040-903.

4.2. Os serviços de execução serão conforme as especificações definidas pelo Projeto Básico, Anexo I do Edital.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados ao DNPM no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com:

5.1.1. **Exercício - 2016**

5.1.2. PT: 22.122.2119.15AL.0001 - REFORMA DE UNIDADES DO DNPM

5.1.3. DESPESA: 33.90.39.00- MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS .

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1. O presente instrumento de Contrato terá vigência de 12(doze) meses, **que será contado na** data da assinatura e eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

6.2. **Subcláusula Primeira.** O prazo contratual só poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra um dos motivos previstos no § 1º, artigo 57 da Lei no 8.666/1993, ou alguma das circunstâncias descritas no § 5º do art. 79 dessa mesma Lei, devidamente autuado em processo próprio e aprovado pela autoridade competente.

6.3. **Subcláusula Segunda.** Serão descontados do prazo contratual de execução os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Administração, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou de força maior.

6.4. **Subcláusula Terceira.** O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos,

6.5. **Subcláusula Quarta.** O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 5(cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por comissão designada pela autoridade competente.

6.6. **Subcláusula Quinta.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

6.7. **Subcláusula Sexta.** Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos prazos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA se obriga a:

7.1.1. Efetuar **anotação de responsabilidade técnica** da obra junto ao CREA, bem como executar todos os trâmites necessários à obtenção do alvará de reforma e construção perante a Administração do Distrito Federal.

7.1.2. Deverá ser instalada em local externo ao prédio, visível aos transeuntes, uma **Placa de Identificação da obra**, conforme normas e recomendações municipais e federais vigentes, onde deverá constar além dos elementos legais e técnicos de definição da mesma a sua referência principal em destaque: **“contratação de empresa para EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E TRATAMENTO DO CONCRETO DAS FACHADAS NO EDIFÍCIO SEDE DO DNPM/DF.**

7.1.3. Efetuar todos os trabalhos seguindo rigorosamente as especificações constantes no Projeto Básico dentro do prazo estipulado, observando a boa técnica de execução e as normas pertinentes.

7.1.4. Contratada deverá se responsabilizar por quaisquer danos ou prejuízos causados ao DNPM ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos causados a terceiros, à que título for.

7.1.5. A Contratada será obrigada a refazer os serviços que não forem realizados a contento, sem ônus para o DNPM. As **tarefas impugnadas** deverão ser refeitas corretamente, com o emprego de materiais adequados e com a devida mão-de-obra qualificada, em tempo hábil para que não venha prejudicar o prazo de entrega dos serviços, arcando a Contratada com o ônus decorrente do fato.

7.1.6. A Contratada deverá ter a frente dos serviços, um profissional qualificado e diplomado na qualidade de Responsável Técnico, devidamente habilitado, além de ter um encarregado que deverá permanecer no local durante

todas as horas do trabalho e pessoal especializado de comprovada competência, e manterá como preposto a ser aceito pelo Contratante, no local dos serviços, para representá-la na execução do Contrato.

7.1.7. A Contratada ficará obrigada a executar os serviços especificados no Projeto Básico, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Fiscalização.

7.1.8. Será de responsabilidade da Contratada toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, cabendo à Fiscalização a exigência do uso de **equipamentos de proteção individual** e coletivo, necessários, sob pena de paralisação dos serviços.

7.1.9. Contratada fornecerá, além da mão-de-obra, todo o material e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte. As despesas com equipamentos, combustíveis, fretes, transportes horizontais ou verticais, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc., bem como providências quanto à legalização do serviço perante os órgãos competentes, correrão por conta da Contratada.

7.1.10. A Contratada manterá, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal e fornecerá, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, tais como vales-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios necessários ao bom e completo desempenho de suas atividades.

7.1.11. A CONTRATADA deverá reconhecer os direitos da Administração, em casos de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

7.1.12. A Contratada deverá manter um Diário de Obras sempre atualizado para o registro de ocorrências relativas aos serviços e anotações de Fiscalização, bem como um Encarregado e Engenheiro Civil para orientação dos empregados e supervisão dos serviços. As irregularidades devem ser apresentadas ao fiscal da obra no DNPM em Brasília/DF.

7.1.13. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização, no ato da conclusão dos serviços, Termo de Garantia dos Serviços de Impermeabilização realizados no prédio do DNPM-SEDE, em favor do DNPM, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

7.1.14. Os locais afetados pelas obras deverão ser mantidos pela Contratada em perfeito estado de limpeza ao longo do decorrer dos serviços.

7.1.15. A Contratada deverá retirar dos limites das instalações do DNPM, os restos de materiais e ferramentas utilizados, além de promover a limpeza onde foram realizadas as obras e suas adjacências, imediatamente após a realização dos serviços.

7.1.16. Exigir que seus empregados mantenham limpos os lugares onde estiverem trabalhando, livres e desobstruídos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes, efetuando, após a sua conclusão, a limpeza completa do local de trabalho.

7.1.17. Manter as suas expensas, devidamente uniformizados para a execução dos serviços e em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais. E manter seguro de seus empregados contra riscos e acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelo pagamento de adicional de periculosidade e/ou insalubridade. Deverá recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes sobre os serviços contratados.

7.1.18. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências do DNPM.

7.1.19. Acatar todas as orientações da Fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.

7.1.20. Não ceder ou transferir os serviços objeto deste Contrato a pessoas ou empresas alheias ao contrato.

7.1.21. Dispor em seu quadro permanente, de um engenheiro civil como seu responsável técnico, para dar suporte aos serviços que envolvam estruturas e instalações ficando, conseqüentemente, responsável pelo acompanhamento dos estudos, projetos e execuções desses serviços.

7.1.22. Atender às normas de segurança e demais regulamentos em vigor nas dependências do DNPM.

7.1.23. A Contratada deverá estar ciente que parte do trabalho poderá ser executado fora do horário comercial, incluindo os finais de semana e feriados, nos casos de urgência e/ou emergência, sem ônus adicional para o DNPM.

7.1.24. A empresa Contratada deve fornecer o cronograma físico-financeiro e o cronograma de execução de acordo com as etapas de pagamento exigidas, sendo que a distribuição da execução dos serviços no cronograma físico-financeiro deverá ser apresentada de maneira onde se tenha a visualização dos trabalhos semanalmente.

7.1.25. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do DNPM, não eximirá a Empresa de total responsabilidade pela má execução dos serviços objeto do contrato.

7.1.26. A Empresa responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 54, combinado com o inciso VII do art. 55 e do art. 70, da Lei nº 8.666/93 e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiro ou ao próprio DNPM, desde que fique comprovada a responsabilidade.

7.1.27. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

7.1.28. **Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência**

7.1.29. Obriga-se a, sempre que demandado, fazer com que seus prepostos e funcionários efetivem credenciamento como usuário externo no sistema de processo eletrônico da CONTRATANTE, para assinatura de documentos eletrônicos padronizados pela CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O DNPM se obriga a:

8.1.1. Facilitar o acesso da empresa aos locais onde serão executados os serviços e disponibilizar área para instalação do depósito de materiais e equipamentos necessários aos serviços.

8.1.2. Efetuar a medição mensalmente após a conclusão de cada etapa dos serviços executados e encaminhar para pagamento as faturas correspondentes, autorizar a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos.

8.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

8.1.4. Solicitar a substituição dos empregados que não estiverem desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Contrato, exercendo a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

8.1.5. A Contratante pode ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, julgar inconveniente.

8.1.6. Fiscalizar o cumprimento, pela Contratada, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do Contrato.

8.1.7. Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora às instalações do DNPM Sede em Brasília-DF, exclusivamente para execução dos serviços, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados pela Administração.

9. CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO

9.1. Pela execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira deste Instrumento, o DNPM pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____(_____), conforme o cronograma de execução e pagamento detalhados nas cláusulas a seguir.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. **Subcláusula Primeira.** Constatando-se a adequada execução da etapa, com o aval da Fiscalização, o pagamento dos serviços de engenharia prestados será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da fatura/nota fiscal.

10.2. **Subcláusula Segunda.** 90% (noventa por cento) do valor total do contrato será pago em quatro parcelas de acordo com o cronograma, Subcláusula Quarta e medição, anexo VI do PB.

10.3. **Subcláusula terceira.** A parcela final, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, será paga, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do aceite definitivo do bem de acordo com o cronograma de pagamento, Subcláusula Quarta. O aceite definitivo deverá ser realizado por equipe designada como Comissão de Recebimento Definitivo, juntamente com a apresentação da nota fiscal.

10.4. **Subcláusula Quarta.** Cronograma de pagamento.

PARCELAS	ETAPAS	DESCRIÇÃO	VALOR DO DESEMBOLSO NO PERÍODO
1ª Parcela	1ª	Medição: Realizar 25% da Administração da obra, 100% instalação placa da obra, 15% da limpeza da fachada, em 30 (trinta).	
2ª Parcela	2ª	Medição: Realizar 25% da Administração da obra, 30% da limpeza da fachada e	

		15% da limpeza da obra em 30 (trinta).	
3ª Parcela	3ª	Medição: Realizar 25% da Administração da obra, 30% da limpeza da fachada, 15% da limpeza da obra em 30 (trinta).	
4ª Parcela	4ª A	Medição: Realizar 25% da Administração da obra, 25% da limpeza da fachada, 70% da limpeza da obra em 30 (trinta).	
	4ª B	Valor a ser pago na entrega definitiva da obra.	
TOTAL VALOR DO CONTRATO			

10.5. **Subcláusula Quinta.** Havendo erro na emissão da Nota Fiscal, esta será devolvida à empresa Contratada, devidamente protocolada pelo Gestor do Contrato, para a devida correção. Na ocorrência do disposto, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DNPM.

10.6. **Subcláusula Sexta.** Os pagamentos serão efetuados, exclusivamente por meio de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente nº _____, Agência nº _____ do Banco _____.

10.7. **Subcláusula Sétima.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.8. **Subcláusula Oitava.** Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta junto ao SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores, poderá ser concedido, a critério do DNPM, o prazo de 10 (dez) dias para que a mesma regularize sua situação, sob pena de não o fazendo ensejar rescisão contratual.

10.9. **Subcláusula Nona.** O CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste contrato. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

10.10. **Subcláusula Dez.** Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a CONTRATADA encontra-se em dia com suas obrigações para com o sistema da seguridade social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS.

10.11. **Subcláusula Onze.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido

poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

10.11.1. $I = (TX/100)/365$

10.11.2. $EM = I \times N \times VP$, onde:

10.11.3. I = Índice de atualização financeira;

10.11.4. TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

10.11.5. EM = Encargos moratórios;

10.11.6. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

10.11.7. VP = Valor da parcela em atraso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1. O contrato poderá ser alterado, desde que haja justificativas, conforme previsão do Art. 65 e Subcláusulas abaixo.

11.2. **Subcláusula Primeira.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os acréscimos, e 25% (vinte e cinco por cento), para as supressões, do valor inicial do Contrato, conforme o caso, observando-se o estabelecido no art. 65, § 1º da Lei nº. 8.666/93.

11.3. **Subcláusula Segunda.** Mediante acordo das partes poderá haver supressões de quantitativos em percentual superior a 25% do valor inicial do Contrato, nos casos de acordo celebrados entre os Contratantes, segundo dispõe o artigo 65, § 2º, II, da Lei n 8.666/93.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. Não haverá reajustes de preços em prazos inferiores a 1(um) ano contados da data da proposta.

12.2. Caso seja deferido reajuste o índice estabelecido será aquele aplicado a construção civil/SINAPI.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita, na forma da Lei no 8.666/93, as seguintes sanções administrativas:

13.2. **Subcláusula primeira - Da Advertência** - sempre que a Contratada incorrer em qualquer descumprimento contratual considerado falta leve, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas, nos termos do §1º, art. 67 da Lei no 8.666/93, do Anexo IV da IN STLI/MPOG 02/08 e do inciso I do art.87 da mesma Lei;

13.3. **Subcláusula segunda - Das Multas** - nos termos do inciso II, art.87 da Lei no 8.666/93:

13.3.1. moratória de **0,01%** (um centésimo por cento), do valor do total do Contrato, por dia de atraso e limitados ao trigésimo dia, no caso de descumprimento dos prazos deste Contrato;

13.3.2. Multa compensatória de **0,5%** (meio por cento) do valor total do Contrato por infração de qualquer cláusula ou condições pactuadas, exceto pelo descumprimento dos prazos;

13.3.3. **de 1%** (um por cento), calculada sobre o **valor total do Contrato, pela recusa injustificada em corrigir ou substituir qualquer serviço rejeitado ou com defeito**, caracterizando-se a recusa pela inércia para iniciar a correção ou da substituição nos 5 (cinco) dias que se seguirem a data da comunicação formal da rejeição, independentemente das demais sanções cabíveis **ou iniciada a tarefa não efetivar a correção ou substituição em prazo razoável;**

13.3.4. **rescisória de 2%** (dois por cento), calculada sobre o **valor global do Contrato, no caso de sua rescisão por ato unilateral da Administração**, motivado por culpa da Contratada, inclusive pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, garantida defesa previa, independentemente das demais sanções cabíveis;

13.4. **Subcláusula terceira - Da Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com o DNPM e suas Unidades Administrativas nos termos do inciso III, art.87 da Lei no 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos em que for comprovado o **DOLO da Contratada por inadimplência reiterada e contumaz**, além de outros **casos em que as medidas de advertência e multas sucessivas não forem suficientes** para adequação da execução contratual;

13.5. **Subcláusula quarta - Da Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, art.87 da Lei no 8.666/93, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.6. **Subcláusula quinta** - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido espontaneamente no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data da **notificação para pagamento**. Se o valor da multa não for pago ou depositado espontaneamente será descontado da garantia e, se insuficiente esta, do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente (§3º do art. 86 da Lei no 8.666/93), podendo até ser inscrito em Dívida Ativa da União.

13.7. **Subcláusula Sexta** - As sanções, previstas nos incisos I, III e IV do caput, poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das sanções previstas no inciso I e III e no prazo de 10 (dez) dias para a sanção prevista no inciso IV.

13.8. **Subcláusula Sétima** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a empresa deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13.9. **Subcláusula Oitava** - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93 cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação das penalidades previstas na presente cláusula contratual.

13.10. **Subcláusula Nova** - O recurso será dirigido à autoridade superior,

por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, subir a autoridade superior, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

14.1. Em conformidade com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93 a rescisão do presente Contrato poderá ser:

14.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações, observando o disposto no art. 109, inciso I, letra “e” da mesma Lei;

14.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração, mediante justificativa, nos termos da Lei;

14.1.3. Judicialmente, nos termos da lei.

14.2. **Subcláusula Primeira** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA**

15.1. O DNPM exigirá da(s) empresa(s) vencedora(s), por ocasião da assinatura do contrato, garantia para o cumprimento das cláusulas contratuais, em qualquer uma das modalidades seguintes: **caução em dinheiro** ou **títulos da dívida pública; seguro garantia; ou fiança bancária**, no montante correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, a qual será liberada após o término da vigência contratual, desde que não haja pendências.

15.2. **Subcláusula Primeira.** No caso de opção por **Caução em Dinheiro**, esta deverá ser emitida sob a forma escritural e corrigida, monetariamente, conforme Legislação vigente.

15.3. **Subcláusula Segunda.** No caso de opção por **Títulos da Dívida Pública**, estes deverão ser emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais - SELIC.

15.3.1. Devem, ainda, os títulos da Dívida Pública serem revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada, nos termos da legislação em vigor.

15.4. **Subcláusula Terceira.** No caso da opção pelo **seguro garantia** o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome do DNPM Sede, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a Contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNPM Sede, sob pena de rescisão contratual.

15.4.1. O seguro garantia deverá ser apresentado em via original da apólice

completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas e suas condições gerais, deverão atender aos Anexos I e II da Circular SUSEP nº 232, de 03/06/03, e conter as seguintes condições particulares:

15.4.1.1. nenhuma alteração no contrato celebrada entre tomador e segurada elide o pagamento do seguro, estando, no entanto, limitado este pagamento ao valor máximo da apólice e endossos, se houverem;

15.4.1.2. o prazo da presente apólice se encerra quando o objeto do contrato principal garantido for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice.

15.4.2. Documentos que deverão acompanhar a Apólice do Seguro Garantia:

15.4.2.1. cópia das Condições Contratuais Gerais (Contra-Garantia) firmadas entre a Seguradora e a Contratada/Tomadora do Seguro;

15.4.2.2. cópia de comprovante de pagamento do prêmio tarifário total ou parcelado;

15.4.2.3. cópia de documento comprobatório de aceitação da cobertura de resseguro pelo IRB - Instituto de Resseguros do Brasil, quando houver resseguro facultativo; caso não haja resseguro de modo facultativo, a seguradora fará constar da apólice que o resseguro ocorre de forma automática em função do limite da seguradora.

15.4.2.4. documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice.

15.5. **Subcláusula Quarta.** No caso de **fiança bancária**, esta deverá preencher os requisitos a seguir discriminados:

15.5.1. deve haver referência ao número do contrato;

15.5.2. o valor afiançado deve ser igual ao valor expresso no contrato, na data em que prestada, devidamente corrigida;

15.5.3. o fiador deve possuir idoneidade - no caso de instituição financeira, enquanto esta estiver ativa, presume-se idônea, haja vista a fiscalização exercida pelo BACEN;

15.5.4. deve haver renúncia expressa pelo emitente da fiança ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil, assim como a possibilidade de exonerar-se da fiança prevista no art. 835 da mesma lei substantiva civil;

15.5.5. deve haver cláusula expressa pelo emitente da fiança de renúncia ao disposto do inciso I do art. 838 do Código Civil;

15.5.6. declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

15.5.7. o subscritor da fiança deve comprovar os poderes para atendimento das exigências estipuladas;

15.5.8. a fiança deve ser concedida com prazo vinculado a execução contratual;

15.5.9. apresentar documentos que atestem o poder de representação do signatário da carta-fiança;

15.5.10. no instrumento da fiança deve constar a eleição do foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, para a cobrança ou

para dirimir questões relativas à carta.

15.6. **Subcláusula Quinta.** Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a licitante obrigar-se-á a fazer a respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada, prorrogáveis a critério da administração desde que por motivo justificado.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

16.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado conforme previsto no Art. 67 da Lei nº 8.666/93, observada as Subcláusulas seguintes.

16.2. **Subcláusula Primeira** - Avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA conforme estabelecido pelo contrato, bem como acompanhar e fiscalizar os serviços, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua prestação e de tudo dará ciência à CONTRATADA, para a fiel execução dos serviços durante toda a vigência do Contrato;

16.3. **Subcláusula Segunda** - A fiscalização poderá rejeitar serviços ou materiais quando entender que os mesmos não estão de acordo com as especificações.

16.4. **Subcláusula Terceira** - A fiscalização se reserva o direito de exigir a substituição de qualquer empregado da Contratada que, por incompetência ou indisciplina, perturbe o bom andamento dos trabalhos.

16.5. **Subcláusula Quarta** - A presença da Fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da empresa Contratada em qualquer ocorrência, atos, os e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionados;

16.6. **Subcláusula Quinta** - A eventual utilização de escadas internas, para a subida de material e pessoal, só será permitida mediante autorização expressa do Gestor de Contrato, além de atender a todas as Normas pertinentes à Engenharia de Segurança do Trabalho.

16.7. **Subcláusula Sexta** - A Fiscalização ou substituto deverá registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas na execução do contrato, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas;

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

17.1. A CONTRATADA assume a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, e por eventuais reclamações trabalhistas movidas por seus colaboradores alocados aos serviços contratados, tendo inclusive obrigação de cumprir as normas da CLT, respondendo ainda pela parte previdenciária, fiscal e comercial resultantes da execução deste Contrato, nos termos do art. 71 da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações.

17.2. **Subcláusula Primeira.** Fica a CONTRATADA, com a obrigação de cumprir com todas as cláusulas estipuladas nas Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das respectivas categorias, tendo em vista que a única relação de emprego existente entre os profissionais alocados para a realização da obra no prédio do DNPM é com a CONTRATADA.

17.3. **Subcláusula Segunda.** A CONTRATADA assume a obrigação de reparar todos os danos causados por seus empregados alocados para a execução do objeto, devendo ressarcir ao DNPM os danos por eles causados,

quer financeiro, quer material, conforme disposições contidas nos artigos 932, inciso III, combinado com o artigo 933, todos do Código Civil;

17.4. **Subcláusula Terceira.** A CONTRATADA assume as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando for vítima qualquer de seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços ou em conexões com eles, ainda que ocorrido nas dependências do DNPM ou em deslocamentos necessários.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do Contrato, suas Cláusulas, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

19.1. O DNPM providenciará a publicação deste instrumento de Contrato por extrato no Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme determina o art. 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

20.1. Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, para processar e julgar as questões decorrentes da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Aparecida da Silva, Chefe de Divisão**, em 09/11/2016, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.dnpm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0016541** e o código CRC **9CCB0409**.

Referência: Processo nº 48400.700218/2016-57

SEI nº 0016541

Criado por [Andrea.Silva](#), versão 2 por [Andrea.Silva](#) em 09/11/2016 15:09:09.